



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 01/09/2016

DUODÉCIMO

MPE/SE recomenda repasses até o dia 20 de cada mês

O **Ministério Público de Sergipe**, por intermédio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, recomendou ao Poder Executivo de Sergipe, por meio do governador do Estado e do secretário da Fazenda, que disponibilize em conta corrente os valores correspondentes às dotações orçamentárias na forma de duodécimos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública até o dia 20 de cada mês.

Os depósitos correspondem aos recursos orçamentários de cada órgão, inclusive os créditos suplementares e especiais que lhes são destinados para que seja assegurada a autonomia constitucional, bem como proporcione, de forma efetiva, em cada órgão, a exe-

cução do autogoverno.

• **Constitucional**

Entre as considerações feitas pelo MPE, está a de que os recursos arrecadados previstos na Lei Orçamentária não pertencem ao Poder Executivo e sim são destinados aos Poderes legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Dessa forma, reter ou repassar da forma que bem se quer fere a garantia constitucional de independência administrativa e financeira de cada órgão, asseguradas, de forma categórica, nos artigos 99 e 168 da Carta Magna.

O MPE recomendou, também, que o governo do estado e a Secretaria da Fazenda enviem, no prazo de 10 dias, resposta escrita acerca das providências

adotadas, visando ao fiel cumprimento da Recomendação, e frisou que a sua não observância ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis.

• **Sefaz**

De acordo com o gerente de Comunicação e Marketing da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Helber Andrade, a secretaria vai encaminhar a resposta solicitada pelo MPE dentro do prazo estipulado e se coloca à disposição dos órgãos para apresentar os dados e os números referentes às finanças do Estado.

“A gente já vem conversando com os poderes sobre os problemas financeiros do Estado e estamos dispostos a debater sobre o assunto”, informou Helber Andrade.